

Jornalismo Comparado: Análise da Cobertura On-line no Caso de Abuso Coletivo no Rio de Janeiro¹

Julia Pereira CAMPOS²
Cintia Cerqueira Cunha PIMENTA³
Uniube – Universidade de Uberaba

Resumo

Esta pesquisa é uma análise comparativa da cobertura online dos portais R7 e G1 sobre o caso de abuso coletivo de uma adolescente de 17 anos no morro do Barão, localizado no Rio de Janeiro. A partir de duas matérias publicadas pelos portais, serão verificadas as semelhanças e diferenças entre as duas abordagens. O estudo foi desenvolvido com base no livro de José Marques de Melo, Teorias do Jornalismo – Identidades Brasileiras, e nas teorias do Jornalismo Gatekeeper, Newsmaking e Organizacional.

Palavras-chave: Jornalismo Comparado; R7; G1; Teorias do Jornalismo; cidadania.

INTRODUÇÃO

Este paper é fruto dos trabalhos desenvolvidos na disciplina de Teoria do Jornalismo, da Universidade de Uberaba, que visa discutir processos comunicacionais. No dia 25 de maio de 2016, começou a circular intensamente nas mídias sociais a informação de que uma adolescente de 16 anos havia sido abusada sexualmente por mais de 30 homens. Em poucas horas, mais de 800 denúncias chegaram ao Ministério Público do Estado.

O caso repercutiu internacionalmente. No Brasil, os protestos de rua se multiplicaram. A indignação contra o crime se misturava à onda de contestação ao golpe jurídico-midiático-parlamentar que afastou, pelo menos provisoriamente, a presidente Dilma Rousseff do governo. Um caso de abuso já deveria ser o bastante para causar repulsa e revolta. Mas havia um ingrediente a mais: um estupro coletivo, praticado por 33 homens.

O objetivo deste trabalho é comparar as publicações das reportagens “Vítima de estupro coletivo em comunidade do Rio é encontrada; suspeitos são identificados”,

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo – GP Teorias do Jornalismo do XXII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 22 a 24 de junho de 2017.

² Estudante do Curso de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo na Universidade de Uberaba (Uniube) - email: juliapcampos@outlook.com

³ Orientadora do trabalho. Professora do curso de Audiovisual, Jornalismo e Publicidade e Propaganda da Uniube. Mestre em Comunicação na Contemporaneidade (Cáspér Líbero) – email: cintia.cunha@uniube.br

divulgada pelo Portal R7, em 3 de junho de 2016, e “polícia apura estupro coletivo no Rio e identifica autores de posts”, divulgada pelo portal G1, em 25 de maio de 2016, enfatizando as semelhanças e diferenças entre as publicações e as formas de abordagens em relação ao caso. Como objetivos específicos, pretende-se contextualizar os portais R7 e G1, bem como a imagem feminina na sociedade brasileira, e as Teorias que formam a base de estudo do artigo (Gatekeeper, Newsmaking e Organizacional).

A metodologia se baseia nas pesquisas biográfica, documental e exploratória, segundo Gil (1991). Recorre-se aos estudos de Pena (2007), Traquina (2005), Hahner (1981), Floresta (1832), Porto (2009) e Brownmiller (1975), Karam (2004) e ao conteúdo das reportagens dos portais R7 E G1.

Entende-se que esta análise se torna importante na medida em que traz parâmetros para que professores, alunos e jornalistas reflitam sobre os impactos de suas ações na construção de textos jornalísticos, em especial, no ciberespaço.

2. OS PORTAIS

O R7 ou R7.com é um portal de internet brasileiro criado em 27 de setembro de 2009. Pertence ao Grupo Record e oferece conteúdos de notícias e entretenimento, com o apoio das estruturas da Rede Record, da Record News e também de suas filiais e afiliadas, que produzem matérias através de páginas regionais (R7 RJ, R7 DF, R7 MG, R7 BA, R7 Triângulo).

De acordo com o instituto Ibope/Nielsen, até o final de 2013, o site cresceu 1.538% desde a sua estreia, em setembro de 2009. Entre 2013 e 2012, o crescimento foi de 19,59%. O portal tem uma produção diária média de 1.200 notícias e 500 vídeos e conta com uma equipe de aproximadamente 500 funcionários.

De acordo com a ComScore, o Portal R7 é segundo maior portal de conteúdo do país e o sétimo site mais visitado do Brasil, ficando atrás apenas do Google, Facebook, Microsoft, UOL, Globo e Yahoo. Os dados do instituto, de abril de 2014, indicam que o portal recebeu 40,9 milhões de visitantes únicos, o que corresponde a aproximadamente 56,5% dos internautas brasileiros. No ranking do Ibope, o R7 é também o 7º colocado entre os sites mais visitados, atrás apenas de Google, Facebook, YouTube, UOL, Microsoft e MSN.

Em maio de 2014, o R7 ultrapassa a marca de 50 milhões de visitantes únicos, abrindo uma vantagem de 2,6 milhões de visitantes únicos em relação à Globo.com. A

diferença para o UOL, atualmente líder do segmento, cai de 7,5 milhões para 4,4 milhões, uma redução de 62%, a menor diferença da história.

Já o G1 é um portal de notícias brasileiro mantido pela Globo.com e sob orientação da Central Globo de Jornalismo. Foi lançado em 18 de setembro de 2006, ano que a Rede Globo fez 41 anos. O portal disponibiliza o conteúdo de Jornalismo das diversas empresas do Grupo Globo - Rede Globo, Globo News, Rádios Globo e CBN, Jornais O Globo e Diário de São Paulo, revistas Época e Globo Rural, entre outras - além de reportagens próprias em formato de texto, fotos, áudio e vídeo.

Além das três redações próprias situadas em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, afiliadas da Rede Globo, Jornais, Revistas, Rádios e as agências de Notícias Agência Estado, Agência France Presse, Associated Press, EFE, New York Times, Lusa, Reuters e Valor Econômico alimentam o plantão de notícias, que é atualizado 24 horas por dia. O Portal destaca-se por seu conteúdo multimídia, tirando proveito das vantagens da internet sobre os meios tradicionais de comunicação.

No fim de 2010, o portal integrou as redes afiliadas ao website. Começou com a integração dos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro (Conteúdo da Globo São Paulo e Globo Rio). Em seguida, os Estados de Minas Gerais (Globo Minas e TV Integração), Paraná (RPC), Bahia (Rede Bahia), Distrito Federal (Globo Brasília) e mais 18 redes afiliadas foram englobadas depois. As versões do G1 no idioma inglês e espanhol foram lançadas em 11 de junho de 2010 e têm os vídeos legendados em dois idiomas. O G1 também tem a versão mobile pelo site Versão Mobile.

3. AS TEORIAS

3.1 – GATEKEEPER

Kurt Lewin foi o primeiro autor com preocupações sociais na área da comunicação de massas a indicar que a passagem de uma notícia por determinados canais de comunicação depende de “portões” (gates) que funcionam dentro desses mesmos canais de comunicação. Segundo o autor, referido em Traquina (2005, p. 142), estes portões “são regidos ou por regras imparciais ou por um grupo no ‘poder’” que tem o papel de decidir: o que aprovar e o que rejeitar.

No seguimento desta teoria, Lewin acreditava que compreender como é que o portão funcionava seria compreender que fatores é que determinam as decisões dos gatekeepers, sendo que para alcançar estas conclusões o investigador teria de conhecer

os gatekeepers na sua plenitude. Após esta primeira abordagem de Lewin ao gatekeeping, David Manning White realiza, em 1950, uma das primeiras pesquisas sobre o conteúdo jornalístico. Assim, a investigação de White sobre o gatekeeper procurou estudar quais os critérios para a publicação/exclusão de notícias.

É possível afirmar então que uma das explicações do jornalismo advém da própria teoria do gatekeeper, pois a sua função está ligada intimamente à ação pessoal do jornalista. Neste sentido, naquele espaço em que se decide o que atravessa o portão, o que é publicado, e o que não atravessa o portão, o que é rejeitado, parece existir uma certa margem de manobra para o jornalista, o que vai contra a ideia pré-concebida do jornalista como alguém neutro, alguém que põe completamente de parte a subjetividade. Ou seja, o jornalista perde a sua isenção e a sua imparcialidade quando decide o que passa pelo portão e o que não passa, ou seja, o jornalista perde a sua neutralidade quando desempenha o papel de porteiro, de gatekeeper. Deste modo, o termo gatekeeper acaba por ser aplicado “à pessoa que toma uma decisão numa sequência de decisões” (Traquina, 2005, p. 77).

3.2 – NEWSMAKING

O newsmaking vem mostrar a importância da cultura profissional dos jornalistas e da organização do trabalho e dos processos produtivos. Sendo o objetivo dos órgãos de informação relatar acontecimentos significativos e interessantes, o que parece ser um objetivo simples necessita de uma explicação extremamente complexa.

É com um extenso número de acontecimentos, que decorrem a cada dia na nossa sociedade, que os órgãos de informação vão selecionar aquilo que é passível de ser noticiável. Assim, um número imprevisível e indefinido de factos, um órgão de informação acaba por selecionar uma quantidade finita e estável de notícias.

Apesar de cada acontecimento ser único, os jornalistas devem selecionar apenas aqueles que possuem características particulares. Devido à enorme quantidade de acontecimentos, os órgãos de comunicação sentiram a necessidade de criar um conjunto de critérios e classificações que permitissem reduzir a quantidade de informação.

Segundo Wolf (1995), estas exigências na seleção e consequente produção de notícias respeitam três obrigações: transformar um acontecimento desconhecido num acontecimento notável e reconhecido por todos; relatar os acontecimentos de forma a demonstrar que foram tratados de forma natural, sem qualquer tipo de pressões ou

influências; e, por fim, organizar a informação no tempo e no espaço, de forma a ser trabalhada e planejada, permitindo então que os acontecimentos noticiáveis fluam.

Se, por um lado, na produção de informação encontramos uma cultura profissional complexa, que se concentra num padrão e numa prática enraizada e encarada como natural, por outro lado, ao nível da organização do trabalho encontramos restrições, onde se define o que é notícia e onde se legitima o processo produtivo, que vai desde a recolha de informação nas fontes até a construção da notícia.

Deste modo, acaba por estabelecer-se um conjunto de regras que procuram definir a noticiabilidade de um acontecimento, aquilo que pode ser transformado em notícia.

3.3 – ORGANIZACIONAL

A Teoria Organizacional surgiu em 1960 e é defendida pelo sociólogo norte-americano Warren-Breed, a partir do seu estudo na obra intitulada *Controle social da redação: uma análise funcional*, onde o autor discorre que o jornalista se molda mais às normas editoriais da empresa do que a qualquer crença que possua. Assim, observa-se que, na Teoria Organizacional, “é sublinhada a importância de uma cultura organizacional, não uma cultura profissional” (TRAQUINA, 2005, p. 153).

Segundo Traquina (2004), a autonomia do jornalista é permitida enquanto estiver de acordo com os requisitos da empresa jornalística em que atua. Então a cadeia de organização da empresa influencia nas ações e decisões dos jornalistas no processo de seleção e redação das notícias. Pela a teoria, as informações transmitidas são como são porque a organização da empresa deseja que sejam dessa forma.

4. A REPRESENTATIVIDADE FEMININA NO BRASIL

Para entender o papel da mulher na sociedade brasileira contemporânea, faz-se necessária uma análise da representatividade feminina nas sociedades históricas. Durante um grande período histórico, a mulher foi vista como uma criatura inferiorizada.

O primeiro grito de liberdade das mulheres aconteceu com a Revolução Francesa, onde, em pauta, estavam os direitos políticos. No Brasil, a mulher sempre

esteve presente na Constituição, contudo, sua representatividade era unicamente no âmbito familiar, sendo vista apenas como uma figura da domesticação.

Segundo Hahner (1981), a história brasileira excluiu a figura da mulher de seus atos e, quando a incluía, ela habitava o grupo de “minorias”, junto com, por exemplo, escravos.

Embasado nesses fatores, o movimento feminista surge no Brasil como uma forma de se rebelar contra as tradições sociais estabelecidas pelo patriarcado. Desta realidade nasceu Nísia Floresta, considerada a primeira feminista brasileira. Em seu livro *Direitos Das Mulheres E Injustiças Dos Homens* (1832), Nísia critica a relação do feminino com o doméstico:

Se cada homem, em particular, fosse obrigado a declarar o que sente a respeito de nosso sexo, encontraríamos todos de acordo em dizer que nós nascemos para seu uso, que não somos próprias senão para procriar e nutrir nossos filhos na infância, reger uma casa, servir, obedecer e aprazer aos nossos amos, isto é, a eles homens. (FLORESTA, 1832, p.35).

Nísia foi a voz do que é chamado por historiadores de “Primeira Onda do Feminismo”, sendo representante das primeiras faíscas de um movimento. Atualmente, entende-se que o feminismo surgiu em três ondas. Conforme supracitado, a primeira ocorreu no século XIX. O sufrágio veio em 1933. Contudo, a segunda surgiu apenas no auge dos anos 70, onde se lutava além de espaço político, contra a ditadura militar vigente na época. Em 1975, surgiu o Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA), um movimento feminista que buscava a anistia de presos políticos e exilados da ditadura militar. Segundo PORTO (2009, p. 47), “os núcleos da MFPA se expandiram pelo Brasil e, já nesse primeiro ano de atuação, suas militantes reuniram 16 mil assinaturas para o Manifesto da Mulher Brasileira”.

A terceira e atual onda do feminismo teve início nos anos 90, e busca a liberdade sexual, a quebra de paradigmas e a visibilidade do feminismo negro e periférico. É neste momento que a história do feminismo e a imagem da mulher na sociedade brasileira atual se cruzam.

Observa-se que a sociedade brasileira é fundada em um sistema paternalista. E, enquanto diversos avanços foram, de fato, conquistados nas ondas anteriores do feminismo, ainda prevalecem costumes machistas. Dentre os problemas existentes na

nossa sociedade, destacam-se a dificuldade da mulher de ingressar no mercado de trabalho e a falta de liberdade de escolhas. Contudo, a mais nociva, é a chamada Cultura do Estupro, onde se afirma que a sociedade tolera e até incentiva a violência contra a mulher em diversas esferas. Para Brownmiller, em seu livro *Against Our Will: Men, Women and Rape* (1975), o estupro não é um crime relacionado a sexo e sim uma relação de poder. E, embora esta análise date de 1975, seu tema é atual.

Nota-se que, desde referências na cultura pop, até ditados populares, músicas famosas e frases do dia a dia, a violência contra a mulher e o estupro é banalizado.

5. ANÁLISE COMPARATIVA

Para esta análise, serão comparadas duas notícias da mesma temática de dois portais de notícias brasileiros. As duas notícias foram publicadas em um intervalo de duas horas. Será analisado: Título e linha-fina, *lead* das matérias, fontes usadas para a construção da reportagem, fotos e legendas e análise geral do conteúdo.

5.1 - TÍTULO E LINHA-FINA

No título da matéria feita pelo portal R7, o foco está no fato de que a vítima foi encontrada pelos familiares após a divulgação dos vídeos do estupro coletivo sofrido por ela. No portal G1, o foco está na apuração sendo feita pela polícia. A linha-fina do R7 destaca o fato de todo o abuso ter sido gravado e publicado nas redes sociais. O portal G1 enfoca no possível número de participantes do abuso, assim como a identificação de dois suspeitos.

R7:

Vítima de estupro coletivo em comunidade do Rio é encontrada; suspeitos são identificados

Criminosos gravaram cenas do crime e divulgaram nas redes sociais nesta quarta

G1:

Polícia apura estupro coletivo no Rio e identifica autores de posts

Segundo postagens, 30 homens teriam participado do crime.

Dois jovens que postaram o vídeo já foram identificados pela polícia.

5.2 - O LEAD

O Lead do portal R7 fala sobre, novamente, o reencontro da jovem com os familiares, além de destacar também como o crime foi descoberto pela polícia (redes sociais) e os princípios da investigação. Já o lead do portal G1 apresenta os trâmites da investigação, citando os detalhes do início da investigação.

5.3 – FONTES CITADAS

Ambos os portais utilizaram como fonte a polícia e o Ministério Público. Contudo, o portal R7 utilizou também como fonte um membro da família da vítima.

5.4 – FOTOS E LEGENDAS

O portal R7 utilizou duas fotos nessa matéria: Uma sendo a foto de um celular com o *print* do perfil de um dos suspeitos que divulgou as imagens da vítima, e outra foto sendo diretamente um *print*, também das redes sociais do suspeito. As legendas de ambas falam sobre o fato de que os criminosos divulgaram as fotos em redes sociais.

Já o G1 utilizou apenas uma foto, sendo também um *print* das redes sociais de um dos suspeitos, e a legenda pontuava a ironia do mesmo ao divulgar as imagens nas redes sociais.

Enquanto o R7 não ocultou a identidade do suspeito nos prints de suas redes sociais, o G1 o fez.

5.5 – ANÁLISE COMPARATIVA GERAL DE CONTEÚDO

A reportagem feita pelo portal R7 dá destaque ao lado mais pessoal do caso. É citado o reencontro da jovem com a família, como a família soube do ocorrido, como ela foi encontrada, na rua, dias após o abuso e também sobre seu estado de saúde. Apenas no último parágrafo da reportagem a atenção volta para a polícia e o Ministério Público, onde é disponibilizado um número para denúncias e informação.

Já a reportagem feita pelo portal G1 tem o enfoque mais nas investigações acontecendo. O destaque é para o que a polícia já sabe, o que eles já fizeram para solucionar o caso e também como eles tiveram conhecimento do ocorrido. É destaque também a comoção que o caso causou nas redes sociais. Em momento algum é citado o estado de saúde da menina ou seu reencontro com os familiares.

Nenhuma das matérias é assinada unicamente por um repórter e sim por todo o portal. Usam-se termos como “do G1” e “do R7”.

Algo importante a se destacar também é que, no final da reportagem do portal R7, é disponibilizado um *hiperlink* para um opinativo intitulado “como as vítimas de divulgação de vídeos na web podem se defender?”. No G1, não há nenhuma ligação de *hiperlink*.

6 – CONCLUSÕES

Com base nas análises feitas, conclui-se que nem sempre o papel da mídia, que é de informar com imparcialidade, é cumprido. Pode ser que a culpa disso seja a existência dos padrões editoriais, que angulam a informação de acordo com o que as organizações propõem. Em específico neste caso, o que pode ter faltado ou existido em excesso foi apuração.

Na questão da falta, o pecado é a vontade de publicar em primeiro, com a fome do furo que os veículos de comunicação têm. Por vezes, as primeiras informações de um caso, que são desconstruídas, já são consideradas pelos jornalistas e pelo veículo como as informações oficiais do caso. E se, ao longo da rotina de trabalho dentro da redação, houver mudanças, as notícias vão sendo atualizadas nas publicações durante o dia.

Essa atualização parte do pressuposto de que o consumidor de notícias, principalmente da Internet, lê as coisas e esquece muito rápido de tudo, logo, por isso, não se lembraria da primeira informação errada que foi passada.

Na questão do excesso de apuração, a informação esbarra no que publicar, como publicar e quando publicar. Isso esbarra na teoria do Gatekeeper que, de acordo com Kurt Levin, citado em Traquina (2005, p. 142), estes portões “são regidos ou por regras imparciais ou por um grupo no ‘poder’”. Esses grupos têm na mão a capacidade de publicar e não publicar. Os *gates* também têm a capacidade de alarmar ou não a sociedade com suas informações a respeito das coisas.

O caso analisado caiu como uma bomba em nossa sociedade, causando o reacendimento em causas já antigas, dentro do feminismo e também os valores estabelecidos como éticos pela sociedade. Fora esses valores éticos, há também os que são definidos como padrões éticos da notícia. De acordo com Karam (2004), a ética está em garantir a qualidade da informação com base em valores universais, que são especificados em controles ideológicos.

Os dois portais analisados ouviram as fontes oficiais e pecaram em circunstâncias de levar as informações que eles dão como total verdade, ou tomar para si próprios a responsabilidade de bancar informações que foram passadas. De acordo com Pena (2008), deve-se ter um cuidado redobrado com fontes oficiais, pois são as mais tendenciosas. “Têm interesses a preservar, informações a esconder e beneficiam-se da própria lógica do poder que as colocam na clássica condição de Instituição. Governo, institutos, empresas, associações e demais organizações estão nessa categoria” (PENA, 2008, p. 62). Logo, quando o primeiro delegado ainda estava no caso, a jovem era tratada como ‘suspeita’, mesmo com provas suficientes para justificar que ela era realmente vítima. Fato que foi reafirmado pela postura do delegado responsável pelo caso. A mídia, calcada nos princípios da isenção e da confiança na palavra da fonte oficial, optou por omitir alguns fatos que poderiam elucidar melhor a situação e também esperar que as investigações caminhassem mais à frente para que o caos social não fosse instaurado.

O que mais pode se observar neste caso foi a falta de cuidado da mídia com a questão de apuração. Como dito anteriormente, foi cometido o pecado da falta de apuração. Não se soube acertar o ponto da apuração com o ponto da informação. Não se soube, talvez, dosar o nível de informações lançadas à sociedade.

Essa dose seria feita em proporções ideais, se a mídia usasse os princípios da teoria do Gatekeeper de forma positiva, não baseadas na teoria da Organização e deixando a linha editorial sobrepujar os interesses do bom jornalismo que, porventura, se chocam com os interesses da sociedade em geral.

O cuidado com a linguagem também pode ser observado. No caso do portal R7, um dos princípios da isenção da fonte e da preservação da imagem não foi respeitado.

O povo, sabendo de quem se tratam as pessoas, podem identificar como comuns à sua vista. Ou seja, podem acontecer casos de agressões até mesmo a quem não tem nada a ver com o caso, devido ao fato da exposição de uma imagem errônea. No caso do G1, a imagem foi encoberta, protegendo, assim, os rumos da investigação e também a imagem dos investigados policiais.

Quanto ao texto, conclui-se que o G1 tem uma abordagem mais fria perante a situação, faltando humanização em certas ocasiões. O público se sente mais aproximado das notícias quando vê que há pessoas envolvidas nelas, não apenas números. Pessoas gostam de ver pessoas e se sentem próximas das histórias que, por um momento, passam em frente à televisão.

Porém, o portal R7 deve tomar cuidado com a aproximação demais, pois como as pessoas são sensíveis às histórias umas das outras, casos de desespero social podem ser criados quando notícias são dadas da forma como o manual de notícias prevê.

Quanto à ligação de *hiperlinks*, é fundamental que, em portais de notícias on-line, haja a ligação de fatos com o leitor. É possível fazer com que o leitor relembra a história, clicando apenas em *links* próximos.

Quanto à magnitude da divulgação, o portal G1 conseguiu explicitar melhor com sua linha-fina o objetivo da notícia. Juntando com o título, a compreensão ficou clara, de forma que o leitor já sabe do que se trata dentro de um primeiro impacto.

Já no R7, foi levantado um dos fatos gerais para resolver a notícia. Começou com o fato de que o título da notícia seguiu os padrões de colocar a pessoa em primeiro lugar, falando da família que encontrou a jovem. Cada um dos dois sites de notícias sabe para qual público trabalha e tem a ideia de qual público lê.

Conclui-se que a notícia foi dada e compreendida em todos os âmbitos em primeira vez. Porém, na questão de título e linha-fina, o portal G1 se mostrou mais ágil.

Pode-se finalizar então tendo em certeza que um dos principais defeitos desta cobertura foi a questão da apuração. Os portais de notícia se calcaram de forma total em

fontes oficiais, se isentando de uma possível responsabilidade sobre a publicação de notícias e a questão do manuseio da teoria do Gatekeeper.

7- Referências bibliográficas

BROWNMILLER, Susan. **Against our will. Men, Women and Rape.** New York, Bantam Books 1975.

Do R7. **Vítimas de estupro coletivo em comunidade do Rio é encontrada; suspeitos são identificados.** Disponível em: <http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/vitima-de-estupro-coletivo-em-comunidade-do-rio-e-encontrada-suspeitos-sao-identificados-03062016>. Acesso em: 25 de junho de 2016.

Do G1 Rio. **Polícia apura estupro coletivo no Rio e identifica autores de posts.** Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/policia-do-rio-apura-suposto-estupro-coletivo-e-identifica-autores-de-posts.html>. Acesso em: 25 de junho de 2016.

FLORESTA, Nísia. **Direito das mulheres e injustiça dos homens.** São Paulo: Editora Cortez, 1989a.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 3. São Paulo: Editora Atlas, 1991.

HAHNER, June. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas. 1850-1937.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

KARAM, Francisco. **A Ética jornalística e o interesse público.** São Paulo: Summus, 2004.

PENA, Felipe. **Teoria Instrumentalista. In: Teoria do Jornalismo.** São Paulo: Contexto, 2007.

PORTO, Fabíola. **A luta pela anistia no regime militar brasileiro: a constituição da sociedade civil e a construção da cidadania.** Perseu, São Paulo, nº 3, ano 3, maio 2009.

TRAQUINA, Nelson. **As teorias de ação política. In: Teorias do Jornalismo.** Florianópolis: Insular, 2. Ed, vol 1, 2005.